



# **SIMULADO**

## **CARREIRAS JURÍDICAS**

### **DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

**G** GRAN CURSOS  
ONLINE



## DIREITO ADMINISTRATIVO

NILTON CARLOS

Com relação ao tema Atos Administrativos, julgue o item a seguir.

1. O ato vinculado é aquele que confere ao administrador uma margem de liberdade para que escolha, segundo critérios de razoabilidade, a conduta mais adequada diante do caso concreto, a fim de alcançar a finalidade legal.

Com relação ao tema Desapropriação, julgue o item a seguir.

2. Os bens públicos não poderão ser objeto de desapropriação por utilidade pública.

Com relação ao Instituto Jurídico da Desapropriação, julgue o item a seguir.

3. Uma vez expedido o respectivo decreto, a desapropriação deverá efetivar-se dentro do prazo decadencial de cinco anos, não podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração expropriatória.

Com relação às Empresas Públicas, julgue o item a seguir.

4. Quanto ao regime de pessoal, as empresas públicas submetem-se ao regime jurídico de direito público no que tange às obrigações trabalhistas e o acesso ao emprego público depende de aprovação em concurso público.

Com relação ao tema Processo Administrativo (Lei n. 9.784/1999), julgue o item a seguir.

5. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis; contudo, a desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Com relação ao tema Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

6. Em nenhuma hipótese o Poder Legislativo poderá exercer o controle de mérito dos atos do Poder Executivo.

Com relação ao tema Tombamento, julgue o item a seguir.

7. O tombamento apenas pode recair sobre bens imóveis, não sendo possível tombarem bens móveis e incorpóreos.

Com relação aos Atos Administrativos, julgue o item a seguir.

- 8.** Nenhum ato administrativo discricionário é vinculado, posto que tais classificações são juridicamente opostas.

Com relação ao tema Improbidade Administrativa, julgue o item a seguir.

- 9.** Não constitui ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário a conduta de descumprir as normas relativas à celebração, à fiscalização e à aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.

Com relação ao tema Contratos Administrativos, julgue o item a seguir.

- 10.** O contrato administrativo pelo qual a Administração Pública transfere a execução de certa atividade de interesse coletivo a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, sendo a remuneração feita por meio do sistema de tarifas ou taxas, é considerado concessão de serviço público simples.

Com relação ao tema Agências Reguladoras, julgue o item a seguir.

- 11.** As Agências Reguladoras tomaram um espaço de destaque no cenário do Direito Administrativo brasileiro, especialmente a partir da Constituição de 1988. São autarquias em regime especial, sendo dotadas de algumas características especiais. Contudo, apesar de sua ampliada capacidade de autoadministração, uma agência reguladora não tem autonomia para captação de recursos próprios, como por exemplo, taxas que fossem para custear suas atividades regulatórias.

Com relação ao tema Administração Pública indireta, julgue o item a seguir.

- 12.** Todas as autarquias e fundações públicas possuem personalidade jurídica de direito público, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

Com relação ao tema Improbidade Administrativa, julgue o item a seguir.

- 13.** É lícito à Administração, observado o processo administrativo disciplinar, que assegure o contraditório e aplique ao agente público ímprobo as sanções previstas na lei de improbidade administrativa.

Com relação ao tema licitação, julgue o item a seguir.

- 14.** O Projeto Básico, em uma licitação, deve ser elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares.

Nos termos da Lei n. 10.520/2002, quanto à modalidade de licitação por Pregão, julgue o item a seguir.

- 15.** A equipe de apoio ao pregoeiro, na licitação por pregão, deve ser constituída exclusivamente por servidores efetivos, conforme expresso na lei regente da matéria.

Com base na Lei Complementar n. 840, de 23/12/2011, a qual dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, julgue o item a seguir.

- 16.** São formas de provimento de cargo público a nomeação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.

Com relação aos princípios da Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 17.** Considera-se interesse público primário o resultado da soma dos interesses individuais enquanto partícipes de uma sociedade, também denominados interesses públicos propriamente ditos. De outro lado, tem-se o interesse público secundário, que consiste nos anseios do Estado, considerado como pessoa jurídica, um simples sujeito de direitos.

Com relação ao tema Poderes da Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 18.** Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade. Isso significa que a Administração Pública pode, com os seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização judicial.

Com relação ao tema Responsabilidade Civil do Estado, julgue o item a seguir.

- 19.** Quanto à responsabilidade pelos danos causados aos detentos, em decorrência da superlotação carcerária, a Corte Constitucional distingue o tratamento jurídico dado aos presos definitivos daquele conferido aos provisórios, haja vista que esses últimos sujeitam-se ao chamado risco social.

Com relação ao tema Acumulação de cargos públicos, julgue o item a seguir.

- 20.** O servidor público de uma autarquia que seja investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

WELLINGTON ANTUNES

Julgue os itens a seguir à luz do Direito Constitucional, da jurisprudência do STF e dos tribunais superiores.

21. As normas de eficácia contidas necessitam de uma normatividade ulterior para desenvolver a sua aplicabilidade.
22. A forma republicana de Estado e o sistema de governo são cláusulas pétreas expressas, caracterizadas pela eletividade, temporariedade e responsabilidade do governante.
23. A licença-maternidade não é garantida à mulher adotante.
24. As prerrogativas constitucionais de investigação das CPIs possibilitam a quebra de sigilo imposto a processo sujeito ao segredo de justiça.
25. Nas situações em que se fizer necessário, o cidadão poderá impetrar *habeas data* para obter vistas dos autos de processo administrativo de seu interesse.
26. Os direitos fundamentais não podem ser considerados como concretizações das exigências do princípio da dignidade da pessoa humana, na medida em que há direitos assegurados a pessoas coletivas ou jurídicas que não possuem fundamento nesse princípio.
27. De acordo com a teoria dos quatro *status* de Jellinek, o status negativo consiste na posição de subordinação do indivíduo aos poderes públicos, como detentor de deveres para com o Estado. Assim, o Estado tem competência para vincular o indivíduo, por meio de mandamentos e proibições.
28. Conforme entendimento do STF, a eficácia dos direitos e garantias fundamentais ocorre apenas e tão somente no âmbito da relação do indivíduo com o Estado, não sendo reconhecida a sua eficácia horizontal, tendo em vista que, nas relações entre particulares, vige o princípio da autonomia da vontade privada.
29. Em razão de queimadas florestais, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou e o governador sancionou determinada lei que amplia para cem metros a área de proteção em torno de nascentes. Nessa situação hipotética, a lei é inconstitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é privativa da União.
30. De acordo com o entendimento firmado no STF, os crimes comuns praticados por índios contra índios devem ser julgados pela justiça federal.

- 31.** Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- 32.** Segundo o STF, os Estados-membros, em decorrência da autonomia de que dispõem, podem atribuir ao governador iniciativa legislativa acerca da lei de organização judiciária.
- 33.** Em face do princípio da simetria, os Estados-membros devem seguir o modelo federal no que concerne aos legitimados às ações de controle abstrato de constitucionalidade.
- 34.** É compatível com a Constituição Federal a condução coercitiva de investigados ou de réus para interrogatório perante autoridade competente.
- 35.** Segundo o Supremo, contraria a garantia da inviolabilidade do domicílio a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial, mesmo que amparada em fundadas razões.
- 36.** O uso de algemas durante audiência de instrução e julgamento pode ser determinado pelo magistrado quando presentes, de maneira concreta, riscos à segurança do acusado ou das pessoas ao ato presentes.
- 37.** Partido político com representação no Congresso Nacional pode impetrar mandado de segurança com a finalidade de coibir atos praticados no processo de aprovação de lei ou emenda constitucional incompatíveis com disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo.
- 38.** A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- 39.** A sanção de projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa.
- 40.** Ao Legislativo cabe a legitimidade exclusiva para o exame acerca dos requisitos de urgência e relevância de medida provisória.

## GABARITO

|      |       |       |       |       |
|------|-------|-------|-------|-------|
| 1. E | 9. C  | 17. C | 25. E | 33. E |
| 2. E | 10. E | 18. C | 26. E | 34. E |
| 3. E | 11. E | 19. E | 27. E | 35. E |
| 4. E | 12. E | 20. C | 28. E | 36. C |
| 5. C | 13. E | 21. E | 29. E | 37. E |
| 6. E | 14. C | 22. E | 30. E | 38. C |
| 7. E | 15. E | 23. E | 31. C | 39. C |
| 8. C | 16. C | 24. E | 32. E | 40. E |



# NESSA PEGADINHA VOCÊ NÃO CAI MAIS!

*Pratique os truques de cada banca e fique mais próximo da sua aprovação.*

No Gran Cursos Questões, você encontra todas essas questões e muito mais. Se você já é nosso assinante, vá até a Área do Aluno, em nossa plataforma, e clique em QUESTÕES.

Se ainda não é nosso assinante, acesse diretamente pelo site no endereço <https://questoes.grancursosonline.com.br>

 **GRAN CURSOS  
QUESTÕES**



## DIREITO ADMINISTRATIVO

NILTON CARLOS

Com relação ao tema Atos Administrativos, julgue o item a seguir.

1. O ato vinculado é aquele que confere ao administrador uma margem de liberdade para que escolha, segundo critérios de razoabilidade, a conduta mais adequada diante do caso concreto, a fim de alcançar a finalidade legal.

### Errado.

Esse é conceito de ato discricionário.

---

Com relação ao tema Desapropriação, julgue o item a seguir.

2. Os bens públicos não poderão ser objeto de desapropriação por utilidade pública.

### Errado.

Conforme o Decreto-Lei n. 3.365/1941: “**Art. 2º** Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.”

---

Com relação ao Instituto Jurídico da Desapropriação, julgue o item a seguir.

3. Uma vez expedido o respectivo decreto, a desapropriação deverá efetivar-se dentro do prazo decadencial de cinco anos, não podendo o mesmo bem ser objeto de nova declaração expropriatória.

### Errado.

Conforme o Decreto-lei n. 3.365/1941, vide art. 10:

**Art. 10.** A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará. Neste caso, somente decorrido 1 (um) ano, poderá ser o mesmo bem objeto de nova declaração.

---

---

Com relação às Empresas Públicas, julgue o item a seguir.

4. Quanto ao regime de pessoal, as empresas públicas submetem-se ao regime jurídico de direito público no que tange às obrigações trabalhistas e o acesso ao emprego público depende de aprovação em concurso público.

**Errado.**

Submetem-se ao regime jurídico de direito privado com relação às obrigações trabalhistas.

---

Com relação ao tema Processo Administrativo (Lei n. 9.784/1999), julgue o item a seguir.

5. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis; contudo, a desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

**Certo.**

Vide art. 51, § 2º, da Lei n. 9.784/1999.

---

Com relação ao tema Controle da Administração Pública, julgue o item a seguir.

6. Em nenhuma hipótese o Poder Legislativo poderá exercer o controle de mérito dos atos do Poder Executivo.

**Errado.**

Vide art. 70 da CRFB:

**Art. 70.** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo (...).

---

Com relação ao tema Tombamento, julgue o item a seguir.

7. O tombamento apenas pode recair sobre bens imóveis, não sendo possível tomar bens móveis e incorpóreos.

**Errado.**

Podem ser objeto do tombamento bens de qualquer natureza (**móveis e imóveis, materiais, públicos ou privados**), desde que tenham valor histórico. Se forem **imateriais, será registro**.

---

Com relação aos Atos Administrativos, julgue o item a seguir.

8. Nenhum ato administrativo discricionário é vinculado, posto que tais classificações são juridicamente opostas.

**Certo.**

Um ato administrativo pode ser vinculado ou discricionário.

---

Com relação ao tema Improbidade Administrativa, julgue o item a seguir.

9. Não constitui ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário a conduta de descumprir as normas relativas à celebração, à fiscalização e à aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas.

**Certo.**

Vide art. 11, VIII, da Lei n. 8.429/1992.

---

Com relação ao tema Contratos Administrativos, julgue o item a seguir.

10. O contrato administrativo pelo qual a Administração Pública transfere a execução de certa atividade de interesse coletivo a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, sendo a remuneração feita por meio do sistema de tarifas ou taxas, é considerado concessão de serviço público simples.

**Errado.**

O erro está na inclusão da expressão “**taxas**”, a qual é modalidade de **tributo**.

---

Com relação ao tema Agências Reguladoras, julgue o item a seguir.

11. As Agências Reguladoras tomaram um espaço de destaque no cenário do Direito Administrativo brasileiro, especialmente a partir da Constituição de 1988. São autarquias em regime especial, sendo dotadas de algumas características especiais. Contudo, apesar de sua ampliada capacidade de autoadministração, uma agência reguladora não tem autonomia para captação de recursos próprios, como por exemplo, taxas que fossem para custear suas atividades regulatórias.

**Errado.**

As Agências Reguladoras possuem autonomia Financeira, Administrativa e Técnica.

---

Com relação ao tema Administração Pública indireta, julgue o item a seguir.

12. Todas as autarquias e fundações públicas possuem personalidade jurídica de direito público, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito privado.

**Errado.**

As fundações públicas de direito privado possuem personalidade jurídica de direito privado.

Com relação ao tema Improbidade Administrativa, julgue o item a seguir.

13. É lícito à Administração, observado o processo administrativo disciplinar, que assegure o contraditório e aplique ao agente público ímprobo as sanções previstas na lei de improbidade administrativa.

**Errado.**

As sanções da Lei de Improbidade Administrativa são aplicadas pelo poder judiciário, e não pela Administração Pública.



**QUER TER ACESSO  
AO RESTANTE DAS  
QUESTÕES COMENTADAS?**

**SEJA NOSSO ALUNO**

**ASSINATURA ILIMITADA**  
TUDO O QUE VOCÊ PRECISA  
PARA SER APROVADO!